

## Ata da I Reunião de Trabalho do Comitê Tempo de Justiça 2026

<b>ATA CTJ N°</b>	1/2026
<b>Título</b>	Reunião do Comitê do Tempo de Justiça
<b>Local</b>	Sala da CONJUR do TJCE
<b>Data</b>	<b>12/02/26</b>
<b>Horário</b>	10:00 às 13:00

### Participantes:

Nome	Instituição	Função
<b>Desa. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves</b>	TJCE	Desembargadora
<b>Dra. Jacinta Inamar Franco Mota Queiroz</b>	TJCE	Juíza de Direito
<b>Dra. Carol Guerra</b>	VICE-GOV	Representante da Vice-governadoria
<b>Dra. Juliana Albuquerque</b>	SEM	Representante da Secretaria da Mulher
<b>Dra. Mônica Kaline</b>	MPCE	Promotora de Justiça
<b>Dr. Manfredo Rommel</b>	DPCE	Defensor Público
<b>Dr. Danilo Rafanelle</b>	DHPP	Delegado da DHPP
<b>Dr. Atila Einstein de Oliveira</b>	PEFOCE	Perito Geral Adjunto
<b>Dr. Catulo Hansen</b>	Vice Gov	Servidor vinculado à Vice-Governadoria
<b>Gustavo Henrique Gondim Pereira</b>	TJCE	Servidor da SETIN
<b>Israel Grangeiro Landim</b>	TJCE	Assistente da 13ª Vara Criminal
<b>Jordana Lima Portela</b>	ViceGov	Agente de Informação do Tempo de Justiça
<b>Carla Dieyla Teixeira Ponte</b>	ViceGov	Agente de Informação do Tempo de Justiça
<b>Jessica Pinheiro Camelo e Silva</b>	TJCE	Servidora da SEGOV
<b>José Ivo F. Lins</b>	ViceGov	Agente de Informação do Tempo de Justiça
<b>Andressa Oliveira</b>	TJCE	Servidora da 5ª Vara do Júri
<b>Katia Michelle Matos de Oliveira</b>	TJCE	Servidora da SEGOV

### Encaminhamentos:

Reunião iniciada às 10h, com a presença dos representantes do comitê, e dos



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

convidados acima listados.

A Desembargadora Ângela agradeceu a presença de todos os representantes do comitê e convidados, saudando os participantes e reforçando a importância da colaboração interinstitucional para o sucesso do Programa.

Em seguida, A Desembargadora Ângela comunicou que o adiamento da cerimônia de premiação do ciclo de 2024 ocorreu por solicitação direta do Governador do Estado. Foi delegado à servidora Carol Guerra a atribuição de articular uma nova data para a solenidade. Em adendo, foi informado que a data sugerida para a premiação é 18 de março de 2026, às 14h, no Palácio da Abolição.

Ato contínuo, a Desembargadora Ângela pontuou a dificuldade ocorrida no ciclo anterior no que tange à definição das categorias da premiação, que foram discutidas apenas ao final do período. Sugeriu, para o ciclo vigente, que o grupo debata e defina as categorias com antecedência, antes do início do novo ciclo.

Seguidamente, Catulo Hansen apresentou os dados preliminares do ciclo atual, que abrangerá os processos de **novembro de 2024 a outubro de 2025**. Informou que, em comparação aos 244 processos monitorados no ciclo anterior, o presente ciclo já conta com **261** processos. Diante disso, foi ressaltada a necessidade de estabelecer um marco temporal para o fechamento da lista de processos a serem monitorados. A Desembargadora Ângela e a Dra. Jacinta sugeriram a extração de uma lista inicial fechada, sem a inclusão de novos feitos no decorrer do período, a fim de garantir maior controle e previsibilidade.

Nesse ponto, Catulo Hansen sugeriu um incremento na meta de produtividade, fundamentando seu posicionamento nos resultados positivos dos ciclos anteriores. Mencionou, ainda, o contato realizado pelo Promotor de Justiça, André Clark, quanto à possibilidade de expansão do programa para comarcas do interior do Estado. Contudo, o servidor Gustavo alertou sobre a iminente mudança do sistema processual (do SAJ para o PJE), o que pode impactar a produtividade das unidades judiciárias. A servidora Michelle complementou, informando que a migração na área criminal ocorrerá de forma híbrida: os processos atuais continuarão no SAJ, enquanto os novos ingressarão no PJE.

Oportunamente, a Dra. Jacinta reiterou a sugestão de uma lista fixa de processos para minimizar os efeitos da transição de sistemas e facilitar o atingimento das metas.

Dando continuidade, a Dra. Mônica corroborou a proposta de lista fixa e sugeriu que o comitê avalie a expansão do programa para uma comarca do interior. Informou, com preocupação, a redução no quadro de promotores lotados na maioria das Varas do



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

Júri da capital e comunicou que o edital aberto para suprir essa carência restou deserto. O Dr. Rommel complementou, destacando o grande desgaste da atuação nas Varas do Júri tanto para o Ministério Público quanto para a Defensoria Pública, exigindo afinidade com a matéria, reportando a dificuldade na indicação pde Defensores Públicos.

Considerando os desafios expostos, notadamente a migração de sistemas automatizados e o déficit de Promotores de Justiça, a Desembargadora Ângela indagou pela manutenção da meta do programa em 35%, a mesma do ciclo anterior, por medida de prudência, o que foi deliberado pelos integrantes do Comitê Gestor. Foi também definido que, no presente ciclo, a 6ª Vara do Júri da capital passará a integrar o programa.

Catulo Hansen informou que os agentes de informação revisarão os dados para expurgar da contagem os processos suspensos em razão de incidentes de insanidade mental. Quanto à expansão do Programa Tempo de Justiça para todo o Estado do Ceará, embora considere a expansão viável, Catulo ressaltou a necessidade de planejamento e execução por etapas, dadas as dificuldades logísticas, principalmente no monitoramento. Informou que o Dr. Clark sinalizou que o Ministério Público estaria disposto a aportar recursos para viabilizar o projeto.

Nesse momento, a Dra. Monica sugeriu iniciar a expansão com um projeto piloto nas comarcas do interior que já possuem Vara do Júri, para que o monitoramento possa ser realizado pelo atual comitê, evitando uma expansão ampla que dificultaria a gestão. Catulo concordou, enfatizando a necessidade de colher dados sobre a realidade das comarcas para um gerenciamento eficaz.

Como encaminhamento, a Desembargadora Ângela sugeriu convidar o Dr. André Clark para a próxima reunião. O Dr. Danilo Rafanelle propôs que, nesse próximo encontro, já sejam apresentados dados das comarcas aptas a receberem o projeto de expansão.

Em seguida, Catulo Hansen propôs a criação de uma meta específica para a fase de pronúncia. A Dra. Jacinta, contudo, ponderou que premiar uma fase intermediária poderia enfraquecer o foco na produtividade para alcançar a sessão plenária do júri, que é o objetivo final.

Empós, Andressa, servidora da 5ª Vara do Júri relatou um caso de feminicídio com incidente de insanidade mental instaurado, cujo exame pericial foi agendado somente para outubro. O Dr. Atila contextualizou a situação, informando que em 2025 foram solicitados 1.665 exames de insanidade, havendo atualmente 1.517 perícias pendentes para apenas 9 peritos. Assegurou que os processos do Tempo de Justiça

têm prioridade e solicitou o número do processo em questão para verificar a possibilidade de antecipação do exame.

Finalizando, Catulo apresentou o estágio atual do novo painel "Tempo de Justiça 4.0" e sugeriu a criação de robôs para automatizar a extração de histórico de partes, já em preparação para o PJE.

Gustavo informou que no dia 13 de fevereiro de 2026 haverá uma reunião técnica para detalhar os eventos criminais na migração para o PJE. Comunicou, ainda, que o desenvolvedor Victor está alocado em múltiplos projetos, não havendo, no momento, um prazo para que ele possa priorizar o sistema do Programa. Carol Guerra complementou, explicando não ser possível destacar um profissional exclusivo, mas que pode compartilhar um recurso humano para atuar de forma parcial no projeto.

#### COMPROMISSOS:

#	Compromisso	Responsável
01	Dra. Monica convidará o Dr. André Clark para participar da reunião do comitê gestor	Dra. Monica
02	Agentes de informação farão uma análise dos processos do atual ciclo para definir a meta.	Agentes de informação
03	Agendamento da data da premiação	Desa. Angela
04	Dr. Atila entrará em contato com Gustavo para verificar as integrações com o novo sistema da PEFOCE com os do TJCE	Dr. Atila e Gustavo
05	Catulo e Gustavo entrarão em contato com Carol para realizarem uma reunião para alinhar as estratégias e designar uma pessoa para atuar no programa Tempo de Justiça.	Catulo, Gustavo e Carol
06	Definir a premiação do ciclo atual	Comitê

Em ato contínuo, não existindo outras manifestações, a reunião foi encerrada às 13h, pela Desembargadora Ângela.

Lavrada a presente ata, foi a mesma enviada para o e-mail dos participantes e demais integrantes do comitê para conhecimento.